

O DIREITO COMO OBSTÁCULO A INCLUSÃO E EMANCIPAÇÃO SOCIAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA.

Luís Marcelo Mendes – Rosângela Werlang – Inter-áreas – Ciências Humanas – Curso de Direito – Universidade Luterana do Brasil – Campus Carazinho.

Nesta pesquisa abordou-se a questão do Direito como instrumento de inclusão e emancipação social, com enfoque sobre os acampados do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), no Rio Grande do Sul. Elaborou-se uma cartografia dos acampamentos do MST nos municípios de abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento da Produção (COREDE), com o objetivo de investigar quais são as suas principais demandas e qual é a percepção desses indivíduos acerca do direito no processo da busca pela efetivação de seus direitos. Analisou-se, também, qual é o papel do Direito no processo de mediação e solução dos conflitos pelo acesso a terra.

O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o método indutivo, empregou-se como método de procedimento a pesquisa de campo. O processo utilizado para a coleta dos dados da pesquisa baseou-se na entrevista semi-estruturada tendo como metodologia de avaliação dos dados a análise de conteúdo.

Como resultados parciais observam-se que os movimentos de resistência social, em especial, o MST, no Estado, não faz uso do Direito enquanto instrumento de emancipação social. Os entrevistados, por hora, afirmam que o Estado serve-se do Direito, e emprega-o como ferramenta de controle social, com o objetivo de desmobilizar e penalizar os integrantes desses movimentos, mantendo dessa forma o status *quo*. Nas últimas décadas, não foram elaboradas e, tão pouco, praticadas políticas públicas eficientes a fim de minimizar e absorver os problemas dos integrantes desses movimentos.

A concentração de terra nas mãos de poucos é responsável pela eclosão de inúmeros movimentos de resistência social, entre estes, o MST que surge no final da década de 70 em decorrência da questão fundiária brasileira, tem suas principais ramificações na região Centro-Sul, e expandiu-se por todo os Estados, levantando à bandeira do acesso a terra, através da ocupação de terras. O aparato jurídico estatal parece ser utilizado com o intuito de sufocar a voz dos vitimizados e, ao invés de cumprir seu papel de mediar, pacificar, solucionar e ser um distribuidor de justiça acaba também se tornando algoz, através penalização da conduta destes indivíduos.

Para tanto, faz-se necessária uma (re)interpretação crítica sob a dogmática jurídica, no intuito de que o Direito possa tornar-se efetivamente um mediador nos conflitos pelo acesso a terra. Objetivando inserir esses indivíduos no contexto social, através do resgate de sua dignidade social. Para que dessa forma possa se derrubar o muro social construído ao longo dos séculos, muro esse que divide nossa sociedade em castas.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 9 ed. São Paulo: Graal, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 38 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L4504.htm>. Acessado em: 26 jun. 2006. Não paginado.

CALDAR, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. *Estud. av.*, Sept./Dec. 2001, vol.15, no.43, p.207-224.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; AFONSO, José Batista Gonçalves. **Conflitos no Campo Brasil 2004**. Goiânia: CPT Nacional, 2004.

- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Poder dos juízes**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. **A ocupação de terras no Brasil: uma página virada da história?**. Disponível em: <http://resistir.info/brasil/conflitos_2001.html> Acessado em: 24 jun. 2006.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17 ed. São Paulo: Graal, 2002.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: Manual da metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta; CORRÊA, Máira Baumgarten. Pesquisa social empírica: Métodos e técnicas. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, 1998.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.
- RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 3 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- STEDILE, João Pedro. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST): Alguns dados históricos. In: CHEVITARESE, André Leonardo. **O campesinato na História**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.
- WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, estado e direito**. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.